

Fórmula intermediária favorece entendimento sobre estabilidade

Josemar Gonçalves

Uma fórmula intermediária para a redação do artigo sobre garantia no emprego começou a ser estudada ontem à tarde e deverá ser posta hoje na mesa de negociações que reunirá, pela segunda vez, (a primeira foi ontem de manhã) representantes de grupos e partidos da Constituinte e o Departamento Intersindical de Apoio Parlamentar (Diap), que participa na condição de porta-voz dos sindicatos de trabalha-



dores. No texto permanente da Constituição ficaria estabelecida a proteção da relação de emprego contra a dispensa imotivada mediante indenização compensatória, nos termos da lei, sem prejuízo de outros direitos. Com essa redação, ficariam atendidas a esquerda e a liderança do PMDB que, com apoio dos sindicatos, não abrem mão da consagração do princípio de garantia no emprego. Seria contemplado também o Centrão, que, apoiado por parlamentares empresários que não fazem parte do grupo, como o senador Albano Franco (PMDB-SE) e o deputado Guilherme Affif Domingos (PL-SP), insiste na fixação do princípio do pagamento de indenizações. O Centrão teme que, se não ficar estabelecido este princípio, a esquerda consiga aprovar a estabilidade na legislação ordinária.

Para as disposições transitórias, ficariam as definições de mecanismos de indenização até que a legislação ordinária estabeleça a forma definitiva. O PMDB tende a apoiar a proposta do deputado Ronaldo César Coelho de pagamento de um salário por ano de serviço, mas a esquerda quer que, além do salário, seja pago o aviso prévio e uma multa de 40% sobre o FGTS no caso de demissões imotivadas.

Constrangimento

Na reunião de ontem de manhã, a divergência em torno dos dois princípios foi a causa do momento de maior constrangimento. Ao fazer a defesa veemente do princípio da estabilidade, o diretor técnico do Diap, Ulysses Riedel, cobrou do Centrão "uma solução para a rotatividade" que, segundo ele, não acabará com o pagamento de indenizações "pois o empregador acabará repassando os custos ao consumidor". Disse que "a indenização não interessa ao trabalhador" e foi aparteado com dureza por Affif: "Não interessa para você, que é um homem rico". Os ânimos só não esquentaram de vez porque o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) interferiu esclarecendo que Ulysses falava "em tese".

Embora seja o tema mais polêmico, a estabilidade foi ontem o ponto que menos tempo tomou nas quatro horas de reuniões. O Diap fez uma exposição sobre as reivindicações da Comissão de Sistematização e coincidia com a posição da esquerda e da liderança do PMDB, e os grupos como Centrão, Entendimento e Grupo dos 32 ficaram de examiná-las e voltar a discutir hoje já na condição de representantes autorizados a fechar ou não acordos.

Camata pode definir imprescritibilidade

Os líderes partidários iniciaram pela manhã as negociações para a votação do capítulo dos Direitos Sociais. Foram discutidos 13 dos 18 pontos listados pelo Diap e apresentadas alternativas de acordo para a maioria deles.

Para a imprescritibilidade poderá ser selado um acordo em torno da emenda do senador Gerson Camata (PMDB-ES), que estabelece o prazo de cinco anos para que uma ação trabalhista prescreva. Segundo o deputado Afif Domingos (PL-SP), a proposta intermediária distingue a "decadência de um processo, fixando em dois anos a sua prescrição". A decadência é o prazo que o trabalhador teria para entrar com uma ação na justiça depois de sua demissão.

Na questão do direito de greve, não foi apresentada nenhuma emenda intermediária capaz de proceder a fusão entre o texto da Sistematização e o substitutivo do Centrão. No projeto de Constituição a greve é livre, enquanto no substitutivo do Centrão o movimento grevista tem limitações, sendo vinculado à legislação.



Na reunião de ontem, surgiu a proposta da indenização compensatória contra demissão imotivada

Sindicalistas não aceitam indenização

O movimento sindical não troca a estabilidade no emprego por indenização compensatória da demissão sem justa causa. Este foi o consenso a que chegaram aproximadamente 60 dirigentes de federações e sindicatos, reunidos ontem à tarde na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), segundo informou o presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade.

"Joaquinzão" afirmou que o movimento sindical está até disposto a deixar que a questão da garantia de emprego — ou estabilidade — seja tratada por lei complementar e não pela futura Constituição. Neste caso, disse, aceitaria a fixação de um critério de indenização para dispensas imotivadas, até a aprovação da lei complementar. "Mas não podemos, de maneira nenhuma, permitir que a Constituição confunda garantia de emprego com indenização" — afirmou o presidente da CGT.

Unicidade

A "defesa intransigente da unicidade sindical", isto é, a proibição da existência de mais de um sindicato de uma mesma categoria na mesma base territorial, e

Caiado propõe marcha cívica

Rio — Num almoço para 547 empresários na Associação Comercial do Rio, o presidente da União Democrática Ruralista, Ronaldo Caiado, pregou ontem a realização de uma marcha cívica com a participação do empresariado rural e urbano a fim de que surja um líder "com credibilidade reconhecida pela população", capaz de articular o pacto social. Suas visitas pelas principais cidades do País tem este objetivo: estimular a aproximação campo-cidade para que desta junção apareça um nome que represente ruralistas e empresários urbanos na sucessão presidencial.

Caiado fez um discurso recheado de críticas ao atual Governo. O tom era o de candidato à Presidência da República, apesar de, repetidas vezes, ter descartado esta possibilidade evocando o seu compromisso com a classe ruralista. Defendeu eleições gerais em 88, sob a argumentação de que o momento atual exige uma ampla reforma do quadro político.

Suas palavras foram entrecortadas, repetidas vezes, por aplausos de uma plateia repleta de ruralistas do interior fluminense, empresários da capital e líderes da UDR de vários estados do País. Caiado fez uma retrospectiva dos motivos pelos quais deflagrou em 85, no Mato Grosso, o movimento hoje vitorioso, com perto de 250 mil associados e 248 sedes regionais. Disse que o produtor rural é a classe mais sacrificada do País por ter acreditado nas promessas do Governo Federal.

Desarticulação

Desfazer qualquer relação entre os parlamentares defensores da livre iniciativa e os adeptos de um

a manutenção do imposto sindical também foram objetivos fixados pela reunião de sindicalistas.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Augusto Medeiros — que já se manifestou disposto a aceitar a indenização, em lugar da garantia de emprego — participou apenas do início da reunião, retirando-se em seguida para ir a uma audiência no Ministério da Fazenda.

"Joaquinzão" e o presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, Rogério Magri, além de vários dirigentes sindicais, deverão permanecer em Brasília até o fim de semana para contatos com os constituintes. "Joaquinzão" descartou qualquer possibilidade de vir a manter entendimentos com o Centrão: "Posso até conversar com alguns integrantes deste grupo, pois nem todo mundo que está no Centrão é safado ou reacionário. Mas, com o Centrão, como instituição, eu não tenho nem terei nenhuma conversa" — disse o sindicalista.

O presidente da CGT disse que ontem manteve um rápido encontro com o senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria, mas não chegou a tratar com ele das questões que estão sendo discutidas na Constituinte.

mandato de cinco anos para o presidente José Sarney foi uma de suas preocupações permanentes. Caiado acusou a "esquerdinha de boutique" de orquestrar um movimento com vistas a desarticulação do grupo comprometido com os postulados liberais.

Após afirmar que a democracia é um regime efervescente, Caiado concitou os empresários urbanos a arregaçarem as mangas, para, ao lado da UDR, fazer prevalecer na Constituinte o ideário da livre iniciativa.

Ronaldo Caiado debitou o malogro da reforma agrária a esquerda. Disse que os ex-ministros Nelson Ribeiro e Dante de Oliveira jamais poderiam ser bem-sucedidos no programa de assentamentos de trabalhadores rurais porque não sabiam sequer distinguir um pé de feijão de um de milho.

A entrada de Ronaldo Caiado na sede da Associação Comercial foi tumultuada. Um grupo de manifestantes da CUT — cerca de 20 pessoas — postou-se diante do prédio e, com megafones e cartazes, protestou contra a presença do líder ruralista. O protesto teve momentos de tensão quando Caiado chegou: os manifestantes, com acusações e palavras de ordem, partiram em sua direção, mas foram contidos por sua segurança pessoal.

Dos 547 empresários presentes, de acordo com pesquisa da Associação Comercial, 59,5% preferem eleições presidenciais em 88; 31,3% em 89 e apenas 2,5% em 90. O candidato da preferência do grupo é Antônio Ermírio de Moraes, com 40,8% dos votos.

Fiesp diz que jornada menor não é adotada

Pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) chegou à conclusão de que não há processo generalizado de corte da jornada semanal de trabalho. A consulta abrangeu um universo de 1.174 empresas da Grande São Paulo e dos principais pólos industriais do interior, representando um conjunto de 570 mil trabalhadores. Segundo o diretor do Departamento de Cadastro e Estatística da Fiesp (Decad), Carlos Eduardo Fagundes, "de uma maneira geral, nos treze grupos industriais pesquisados, a maior parte não incorporou esse corte".

E com base nesse argumento que a Fiesp vai defender a exclusão da jornada menor no trabalho do texto constitucional, "ainda mais porque isso resultaria em prejuízo das negociações diretas entre empresários e representantes dos trabalhadores". Fagundes adverte, inclusive, que há setores que não suportariam carga de trabalho menor de 48 horas semanais, "porque não contam com modernização tecnológica capaz de absorver os custos adicionais da mudança".

Segundo o diretor do Decad, uma Constituição que tome a situação dos metalúrgicos do ABC por base, acabaria por inviabilizar economicamente a maior parte do universo industrial.

Estabilidade

Para o empresário Roberto Della Manna, presidente do Grupo 14 da Fiesp, não somente a iniciativa privada, mas também o Governo deverá ser atingido pela estabilidade no emprego votada na Comissão de Sistematização. Della Manna assegura que o dispositivo, se adotado na nova Carta, "só trará maiores custos às empresas, sem nada redundar para o trabalhador". A consequência previsível, no seu entender, é que todo o setor empresarial investirá maciçamente em automação, de forma a substituir a mão-de-obra humana pela máquina.

Empresários do setor privado estão convencidos de que o dispositivo já deve estar constituído, inclusive para as multinacionais, outro fator de desestímulo a novos investimentos, somando-se ao da instabilidade política. Para o empresário Carlos Eduardo Uchôa Fagundes, presidente do Sindicato da Indústria de Lâmpadas e Aparelhos Elétricos de Iluminação no Estado de São Paulo, "é evidente que, sendo ainda mais reduzidos os investimentos do setor privado, os níveis de emprego serão diretamente atingidos". Advertindo que, a emenda "levará a distorções semelhantes às provocadas pelo estatuto da estabilidade, abolido há mais de vinte anos", ele exemplifica: "Diz-se que a 'despedida imotivada' não se aplicaria aos casos fundados em contratos a termo. Ora, é possível que as empresas passem a contratar empregados por períodos determinados, o que poderá ser fonte de incontáveis pendências judiciais".